



OS CRISTÃOS-NOVOS E A SOCIEDADE BAIANA DO SÉCULO XVI.

Emmanuel Luiz Souza e Silva¹

RESUMO: Pretendemos neste artigo analisar a sociedade baiana do final do século XVI, priorizando a participação e influência neste território dos cristãos-novos, ou seja, judeus que foram convertidos a força ao Catolicismo pelo Monarca português D. Manuel, em 1497. Os cristãos-novos contribuíram em diversos momentos da ocupação nas terras brasileiras no primeiro século de colonização. Os seus costumes, relações sociais, cotidiano, atividades econômicas e práticas culturais se fizeram presentes neste recorte temporal. Propomos avaliar a presença e atuação destes sujeitos históricos utilizando o referencial teórico apontado por Roger Chartier em seu estudo sobre as práticas e representações culturais (1989), e utilizando, concomitantemente, as fontes impressas da Primeira Visitação do Santo Ofício à Bahia (1591-1593) para observarmos estas relações que se estabeleceram no seio da sociedade colonial.

Palavras-chave: Cristãos-novos; Bahia colonial; Sociedade.

INTRODUÇÃO

a cruz de Cristo acompanharia os portugueses, com a espada do rei, na tessitura do império colonial. Não por outro motivo a Bahia seria “Salvador da Bahia”, “Bahia de Todos os Santos” [...] feriado católico em louvor da totalidade dos santos, como que a desafiar os protestantes, que, desde Lutero, em 1517, duvidavam da santidade dos santos. (VAINFAS; SOUZA. 2000, p.8).

A Bahia no final do século XVI apresentava uma população heterogênea, porém com características singulares. Sua estrutura social, seus costumes e o cotidiano colonial, apesar de baseado nos moldes culturais portugueses adquiriu características próprias mantendo as particularidades do “ser colônia”. Nestas condições é preciso retratar um pouco essa sociedade, seus costumes, e sua composição, inclusive, como os cristãos-novos se integraram nesta capitania.

Na capitania da Bahia, a cidade de Salvador foi fundada poucos anos após a instalação do Santo Ofício em Portugal, quando, em 1549 chegou em terras coloniais o primeiro governador geral do Brasil, Tomé de Souza. Junto com ele também veio o padre jesuíta Manuel da Nóbrega com a missão de trazer o cristianismo para as terras recém-descobertas e converter a população nativa e ou recém-desembarcada.

Ao chegar na dita capitania depois de aproximadamente dois meses de viagem, observaram que esta não contava com um número muito significativo de portugueses no local da

¹ Mestrando em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana. Pós-Graduado em História Social e Econômica do Brasil pela Faculdade São Bento da Bahia. Membro do Centro de Pesquisa da Religião (CPR). Agradeço a FAPESB- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia, pela bolsa de estudos concedida. E-mail: emanoss@ig.com.br. Autor.



antiga vila, instalada pelo donatário Francisco Pereira Coutinho. Eram aproximadamente cinquenta moradores em meio a uma considerável população indígena que estava no entorno: “Chegamos a esta Baya a 29 dias do mês de março de 1549. Andamos na viagem oito semanas. Achamos a terra de paz e quarenta ou cinquenta moradores na povoação que antes era”. (NOBREGA, 1955, p.18.).

Este número excessivo de índios fazia com que a população branca residente na Colônia se sentisse temerosa e pressionada, em meio a tantos “selvícolas” com costumes, nada semelhantes aos dos europeus. Como explica Maria José Andrade:

nesse período, constatou-se a presença de uma população nômade que resistia, a cada dia, a submeter-se aos interesses capitalistas do colonizador. Concluíram os portugueses que essa população era bárbara, selvagem e culturalmente inferior, tomando como critério o modelo europeu. (ANDRADE, 2000, p. 93.)

No período de administração dos três primeiros governos gerais que abrange de 1549 a 1572 uma política efetiva de dominação gentil e de demarcação de territórios foi implantada. A expansão populacional portuguesa, passaria a avançar da costa para os sertões, de forma gradativa e concomitante ao genocídio de milhares de índios que foram obrigados a ceder seu espaço territorial e cultural a um novo padrão de convivência imposto pela Igreja e pelo Estado. Este projeto começa no governo de Tomé de Souza e tem o seu ápice com o terceiro governador geral Mem de Sá.

Com a chegada de Mem de Sá, tendo em vista os presságios dos religiosos que habitavam a cidade do Salvador, uma época de mudanças estava por vir, onde os cristãos se sentiriam tranquilos e em paz para dar continuidade a colonização sem o possível perigo dos “selvagens”. O governador desembarcou em solo baiano e trouxe consigo uma série de instruções de Portugal, visando práticas mais eficazes contra os gentios para fazê-los aceitar a fé cristã como a mais correta, uma vez que “esta gentilidade nenhuma coisa adora, nem conhecem a deus, somente aos trovões chamam tupana, que é como quem diz coisa divina” (NOBREGA, 1955, p.62). Este Governador também veio acompanhado por duas famílias cristãs-novas: o grupo familiar de Heitor Antunes e de Mestre Afonso, dois influentes descendentes de judeus.

Com relação a esta visão depreciativa que o português teve dos gentios o historiador Ronaldo Vainfas argumenta:

a descoberta de terras e povos americanos havia colocado o europeu diante do grave dilema de reconhecer o outro – inventariar as diferenças que o separavam do homem cristão ocidental – e afirmar o ego, isto é, hierarquizar as diferenças, rejeitando o desconhecido por meio da animalização e da demonização. (VAINFAS. 1995, p. 23.).

Assim este artifício fez-se presente para continuar a campanha de dominação e submissão. Os gentios que antes tinham seus costumes, suas adorações, seu cotidiano de tarefas e a suas escolhas, se viram pressionados a obedecer a regras e em pouco tempo desfazer-se de todo o seu passado em prol de valores, costumes e de uma religião que não lhes era familiar, tudo isso em benefício do desenvolvimento colonial. Os portugueses que antes se sentiam oprimidos,



passaram então a ser os controladores da situação, e armados se utilizarem dessa força e violência não somente para a catequese mas para escravizar os nativos.

Os cristãos-novos estiveram presentes em todos os momentos desta ocupação, acompanhando os processos de expansão territorial e auxiliando o desenvolvimento colonial. Arnold Wizniter argumenta que “É bem possível que entre os companheiros e a tripulação de Pedro Álvares Cabral se encontrassem alguns cristãos-novos. Mas testemunhos históricos existentes revelam a presença de um único cristão novo na descoberta do Brasil: um homem chamado Gaspar da Gama.”(WIZNITER, 1966, p. 2.) Neste contexto eles chegaram gradativamente, ocupando com os cristãos-velhos o território e superando as dificuldades existentes neste primeiro momento de colonização. Foram desbravadores do sertão, lavradores, mestres de açúcar, soldados, ajudando nas mais variadas atividades o desenvolvimento da capitania. Sobre esta migração podemos observar que “Os cristãos novos chegam pouco a pouco, continuando um movimento migratório iniciado em princípios do século XVI, e que a partir da segunda metade se tornou mais intenso” (NOVISNKY, 1992, p. 57.).

A população colonial, em sua maioria, estava concentrada neste primeiro século de colonização no litoral, devido a maior facilidade para a comunicação com a metrópole e ao pequeno avanço da penetração para os sertões. O Sertão que naquele contexto era denominado, segundo Ronaldo Vainfas, um território que ainda não tinha sido explorado, assim, não tem a mesma conotação empregada atualmente para a palavra. Sertão “referia-se ao mato”, se considerarmos o contraste com a costa marítima. (VAINFAS, 1995, p. 76.).

Só nas cidades portuárias como Salvador, Olinda e Rio de Janeiro esses contingentes se destacavam em razão do crescente desenvolvimento das atividades comerciais. A composição étnica também apresentava-se bastante variada no final do primeiro século, eram: europeus portugueses e de outras nacionalidades, nativos indígenas, africanos de várias etnias, judeus e uma população “crioula” já miscigenada.

Quanto a composição social dessa população que aqui habitava, parte dela era composta por degredados, pessoas indesejáveis na metrópole que eram enviadas à colônia para pagarem por algum crime, sendo ele moral, civil ou contra a fé. O caráter do degredo variava entre provisório ou permanente. Sendo provisórios, os degredados e a sociedade portuguesa viam as novas terras como um purgatório, onde este pecador e/ou infrator vinha pagar por suas penas e posteriormente poderia voltar à metrópole. Variavam geralmente de 3 à 10 anos.

Houve inúmeros casos de cristãos-novos que foram degredados para o Brasil, por continuarem a praticar sua antiga fé, por crimes morais ou civis. Um caso de condenação por criptojudaísmo foi o de Fernão Dias, um negociante, natural e residente em Lamengo, Portugal, filho de Gabriel Dias e Mícia Gomes ambos cristãos-novos. Ele foi acusado na Inquisição de Lisboa por judaísmo, também contando contra ele a prisão de seu pai e sua tia na Inquisição de Coimbra. Acabou sendo preso no ano de 1578 e degredado para o Brasil por três anos (PIERONI, 2003, p. 139).



O ócio e a pobreza também eram característicos desta sociedade, além das diversas doenças que se espalhavam através de epidemias. A maior característica desta população no primeiro século de colonização era a sua dispersão, rarefação, instabilidade e mobilidade o que dificultava a sedimentação de laços primários (NOVAIS, 1997, p. 21-22). A população das capitâneas do norte, como era chamada a atual região Nordeste, era um pouco mais estável devido a economia açucareira que atraía um grande contingente populacional. Como explica Laura de Mello e Souza sobre esta fluidez territorial os:

limites geográficos foram, até meados do século XVIII, fluidos e indefinidos; onde os homens inventavam arranjos familiares e relações interpessoais ao sabor de circunstâncias e contingências... Foi nos espaços abertos e nas zonas distantes que se passou boa parte da história da colonização lusitana na América: longe das igrejas e conventos erguidos nos núcleos administrativos do litoral (SOUZA, 1997, p.42).

COSTUMES E O COTIDIANO BAIANO COLONIAL

A colônia era organizada seguindo padrões culturais portugueses. A religião, através de normas rígidas definia o cotidiano da sociedade: como se comportar, se vestir, se relacionar socialmente e economicamente, tendo como meta uma estreita ligação com a metrópole e a partir daí, um melhor controle do que se passava em terras além-mar. Abordando a fiscalização exercida pela metrópole sobre os colonos no além-mar:

tudo era bem delimitado na sociedade que então se formava; buscava-se, no fundo, a implantação de valores culturais que facilitassem (e até justificassem) em terra estranha e distante a intenção derradeira de auto-abastecer-se e de lucrar com a exportação de seus produtos agrícolas, em particular o açúcar (ARAUJO, 1997, p. 27.).

O açúcar neste momento histórico, passou a ter grande importância econômica na colônia e seus produtores ocupavam o lugar dos “homens bons”. A partir de 1570, quando no recôncavo baiano, o cultivo da cana começou a se expandir, e o açúcar foi ocupando os primeiros lugares na pauta das exportações brasileiras, ele passou a influenciar na formação da sociedade e na administração do governo no Brasil, que se voltaria a uma produção cada vez mais consistente deste produto.(SCHWARTZ, 1979, p. 79.). Devido a este crescimento na produção do açúcar é que se intensificou a utilização de mão-de-obra escrava, um trabalho efetuado pelos negros vindos, em sua maioria de Angola e da costa oeste da África.

Ser senhor de engenho na Bahia no final do século XVI já representava ter prestígio e poder, pois eles detinham a produção do açúcar, e a propriedade dos escravos, sinônimos de poderio e riqueza. Como explicita Pedro Calmon o “engenho honrava como outrora o castelo. Ter engenho equivalia a ser dono de terra hereditária - senhoriagem que foi título, e ao qual se atribuíam isenções e prerrogativas.”(CALMON, 1937, p. 28.). Assim o papel do senhor de engenho se destacava pela grandiosidade e influência, este que “era dono do seu engenho, da sua capela, dos seus escravos, da sua família.”(CALMON, 1937, p. 79.).



Dentro deste contexto pode se afirmar que muitos cristãos-novos que viviam na Bahia, naquele período, eram senhores de engenho. Assim observamos um dos papéis sociais ocupados por este grupo na colônia. Sobre a importância desta condição, é adequado salientar que:

o respeito que os homens logravam alcançar na colônia ligava-se então à extensão de seus latifúndios, ao número de escravos que possuíam, à vida de ostentação e de luxo que pudessem levar. A condição de senhor de engenho já conferia ao cristão novo como ao velho uma posição de relevo, semelhante à do fidalgo. (NOVINSKY, 1972, p. 59.).

Um caso conhecido destes sujeitos sociais, constatado nas Confissões e Denúncias da primeira Visitação do Santo Ofício à Bahia foi o da família Antunes, dona de um engenho no recôncavo baiano, em Matoim. O patriarca da família, já havia morrido, porém foi alvo de muitas denúncias. Ele construiu seu engenho e era homem de posses, bem relacionado com a elite e o poder local, prova disto é que todas as suas filhas, mesmo sendo cristãs-novas se casaram com cristãos-velhos de posses. O historiador Ângelo Faria de Assis fez um estudo específico desta família, onde analisou os registros inquisitoriais contra este grupo, as suas relações sociais com o restante da população, e como a Inquisição utilizou-se do seu poder para desmembrar este grupo familiar. Também foi avaliado neste trabalho, como foram punidos e as suas práticas judaizantes (ASSIS, 2004.)

Além de senhores de engenho, os cristãos-novos desempenhavam várias funções na sociedade colonial como: Pero Teixeira era sapateiro (MENDONÇA, 1935, p. 27.), Álvaro Sanches era mercador de loja (MENDONÇA, 1935, p. 45.), ou seja, comerciante, Bartolomeu de Garcez era obreiro de alfaiate (MENDONÇA, 1935, p. 84.), Manuel de Paredes que antes havia sido mercador e na época da Visitação era lavrador (MENDONÇA, 1935, p. 245.). Há ainda alguns que não declaram ofício como Diogo Afonso (VAINFAS, 1997, p. 128.). Assim podemos notar a variedade de posições ocupadas por estes sujeitos sociais naquele período.

Sobre essas posições ocupadas por cristãos-novos na sociedade baiana Stuart Schwartz complementa: “Na Bahia, os cristãos novos se integraram bem na população e na vida econômica da capitania; participavam não só dos aspectos comerciais, mas também dos agrícolas e da produção de açúcar.” (SCHWARTZ, 1979, p. 87.). Eles também tiveram postos na governança e na administração: foram vereadores, juizes ordinários, meirinhos, solicitadores além das profissões liberais como médicos, advogados entre outros cargos (NOVINSKY, 1972, p. 60.).

A cidade do Salvador, na Capitania da Bahia, naquele momento, era um importante porto comercial, onde as principais mercadorias passavam antes de serem enviadas para a metrópole. Assim a primeira sede de governo do Brasil, além de ser um importante entreposto de comércio, sede da administração e centro religioso, era uma das maiores concentrações urbanas da colônia.

Porém, com todos estes atributos continuava uma cidade com ruas irregulares, estreitas, tortuosas, acomodadas em terrenos acidentados, e cheia de ladeiras. A população predominantemente pobre, estava exposta a muitas doenças, pois a sujeira e os serviços de infra-



estrutura como abastecimento de água, instalações sanitárias, recolhimento de lixo, eram completamente inexistentes. O porto de Salvador era outra via de entrada de doenças e doentes.

Emanuel Araújo acrescenta a este fato: “o lixo era atirado nas ruas, por onde andavam pachorrentamente animais soltos. Isso nas grandes cidades.”(ARAÚJO, 1997, p. 50.) As casas coloniais eram na sua maioria simples, com poucos móveis, juntas umas das outras, dificultando a ventilação, podendo-se observar o contraste com as moradias da zona rural que se mostravam bem mais pomposas e sofisticadas.

A falta de móveis era comum nos dois tipos de habitação. Sobre as residências urbanas Leila Algranti explica:

embora a morada tenha primeiramente a função de dar abrigo e repouso a seus habitantes, ela é também o local onde inúmeras atividades se desenvolvem no dia-a-dia [...] Nas vilas e cidade, por exemplo nos três primeiros séculos da colonização, o aspecto das moradas apresenta-se bastante simples e pobre, uma vez que eram povoadas por pessoas com poucos recursos, e visitadas ocasionalmente pelos proprietários de[...] fazendas que necessitavam apenas um abrigo para estadias passageiras.(ALGRANTI, 1997, p. 90.).

O material utilizado para a estas construções era geralmente barro, madeira e pedra. A alimentação da população baiana do final do século XVI era na base da farinha de mandioca, principal produto utilizado, tanto pelos nativos quanto pelos portugueses. Estes tiveram que “adaptar-se à nova alimentação, tanto porque já a conheciam, como ainda pela abundância dela à face da escassez de mantimentos europeus.”(PINHO, 1968, p.221.).

Sobre a religião na colônia, esta se caracterizava pela superficialidade, apesar de ser predominante e interferir significativamente na vida da sociedade baiana. O catolicismo se fazia valer no espaço colonial para legitimar a conquista. Muitos aspectos cotidianos de convivência eram determinados pelo poder eclesiástico: as relações matrimoniais, as relações familiares, o papel da mulher e do homem na sociedade, as normas da vida sexual, as relações de sociabilidade através das festividades e das missas dominicais, enfim uma gama de possibilidades fazia com que a igreja interferisse diretamente na vida da população baiana.

O ideal de matrimônio foi reforçado no Concílio de Trento, onde o casamento passou a ser uma forma de controle por parte da igreja, que o normatizou através do “vínculo conjugal – monogâmico, indissolúvel e sagrado” (VAINFAS, 1992, p. 33.). A mulher na colônia, como explica Mary Del Priore, tinha uma função bem definida, uma vez que a igreja e o estado o delimitava na sociedade colonial, resumindo todos os seus afazeres ao interior da casa, para sua família, à procriação e criação destes filhos, o respeito e submissão ao marido. Qualquer postura que estivesse desviando desses padrões seria severamente punida (PRIORE, 1995.).

As relações homossexuais eram consideradas errôneas pela igreja, esta que via o sexo somente para a procriação e perpetuação da espécie, onde a mulher se deitava de costas na cama e o homem em cima, penetrando o seu membro viril, no órgão sexual feminino, e assim



mantendo relação. Qualquer método que fosse diferente a este modelo regulamentado pelo catolicismo seria pecado.

Esta “superficialidade” se realizava devido à fluidez cultural que se podia observar na colônia, onde a Igreja Católica mesmo presente não conseguia transmitir os seus ideais de moral e comportamento de forma plena. A distância da metrópole, a expansão do território, a dispersão da população e sua diversidade cultural eram elementos que impediam o controle total do poder eclesiástico sobre a sociedade.

A historiadora Laura de Mello e Souza explica que em uma sociedade em formação, como é o caso da Bahia colonial, sua população adaptou a religião de acordo com as suas necessidades, querendo a autora dizer que só com a chegada do Santo Ofício, se percebeu um catolicismo superficial e plural na colônia (SOUZA, 1987.). Uma religião, mesmo entre os cristãos-velhos residentes na colônia, com pouca profundidade. Notamos inclusive nas fontes impressas da primeira Visitação do Santo Ofício. Através da publicação do Edital da Fé e do Monitório da Inquisição que muitas pessoas tiveram consciência que estavam agindo contra a santa fé católica.

Através destas Denúncias e Confissões da Bahia, se descortina o cotidiano dos cristãos-novos, com a permanência de certos costumes judaicos, que foram denunciados por vizinhos, parentes e amigos destes sujeitos sociais. Também as suas confissões revelam aspectos de uma tradição que mesmo proibida e discriminada persistia em muitos lares dos considerados “impuros de sangue”.

As práticas costumeiras que continuaram na colônia e podem ser observadas com mais frequência através da documentação inquisitorial foram: a utilização de roupas limpas aos sábados, mandar vazar fora a água de casa quando alguém morria, fazer juramentos judaicos, guardar os sábados; e mandar trabalhar nos dias santos. Outros costumes acompanhavam estes sujeitos e faziam com que eles não perdessem totalmente as ligações com a sua antiga religião, mesmo realizando estas tradições às escondidas e tendo que adaptá-las ao interior de suas casas, em lugares reservados, onde pudessem realizá-los sem constrangimentos.

Muitos também utilizavam o interior de suas moradas para se vingarem da religião que os oprimia, através de blasfêmias, do açoitamento das imagens de santos católicos, colocando-as em lugares inapropriados, como debaixo da cama ou no local onde fazia suas necessidades corpóreas. Essas eram as mais comuns entre outras manifestações de revolta.

O cristão-novo Álvaro Sanches foi se confessar por ter maltratado o desenho de Nossa Senhora (VAINFAS, 1997, p. 100.). A cristã nova Clara Fernandes foi denunciada por ter mandado fazer um crucifixo de prata e depois de recebê-lo, colocou em uma almofada, sobre a qual ela se sentava (MENDONÇA, 1925, p.269.). Ela também foi denunciada por açoitamento hum crucifixo (MENDONÇA, 1925, p. 285.).

Um cristão-novo de nome Salvador da Maia, manco de um pé, também foi muito denunciado por destratar imagens. Foi acusado por ter um crucifixo e açoitá-lo, além de, ter em



seus pés um retábulo de Nossa Senhora, no momento em que tinha copula com sua mulher (MENDONÇA, 1925, p. 286.). Além destas denúncias também foi acusado por Gaspar Lobo de Souza de mandar seus negros trabalharem em um dia santo, na páscoa.

Havia também cristãos-novos que viviam de acordo com a sua nova realidade religiosa: iam às missas, tinham oratório em casa, rezavam de acordo com a fé católica, se benziavam, seguiam a risca os ensinamentos dos padres e conversavam sobre a sua nova religião. Alguns deles se confessaram para o Visitador outros delitos, que não estavam submetidos ao judaísmo. Um exemplo foi o cristão-novo Diogo Afonso que foi se confessar por ter cometido ajuntamento carnal com Fernão Campo efetuando o pecado da sodomia (VAINFAS, 1997, p. 268.).

Esta denominação cristão-novo era vista com depreciação na colônia, onde também impunha sua condição de “inferioridade”. A primeira pessoa a denunciar, no dia 29 de julho de 1591, na mesa, perante o Visitador, foi João Serrão. Neste primeiro momento se denominou cristão-velho inteiro, porém no dia 22 de agosto ele compareceu novamente ao Santo Ofício, para se confessar e disse que havia mentido sobre ser cristão-velho, na verdade era cristão-novo inteiro. Revelando assim uma convivência não tão harmoniosa quanto se pensa entre cristãos-novos e velhos na Bahia.

A passagem em que se intitulou cristão-velho: “e dise aver nome como ditto he e ser cristão velho de todas as partes natural de Bragança filho de Francisco de Chaves e de Clara Seram casado com Constança de Pina, lavrador de idade de quarenta annos pouco mais ou menos, morador em Tasuepina freguesia de Nosa Senhora do Socoro” (MENDONÇA, 1925, p. 237.). Já sua confissão no dia 22 de agosto ele disse que: “elle he cristão novo inteiro filho de Francisco de Chaves cristão novo alfaiate e de sua molher Clara Seram cristan nova [...] e isto fizera por elle estar casado nesta cidade com huma molher cristã velha de gente limpa e abastada e elle ser tido por todos cristão velho [...] avido em boa conta e honrado.” (MENDONÇA, 1935, p. 43.).

As festividades na Bahia colonial eram na sua maioria religiosas ou familiares. Eram momentos em que a população se encontrava, onde a mulher que pouco saia de casa, podia respirar outros ares e ver pessoas diferentes, os ricos podiam esbanjar seu poderio, com suas vestes e ostentações. Como afirma Pedro Calmon que nas: “cidades e vilas, as festas de igreja reuniam periodicamente uma população esquiva, fugida a conversação social, errante entre as fazendas isoladas e as suas casas urbanas” e complementa “as festividades dos templos eram as oportunidades verdadeiras que tinham moços e raparigas para se verem livremente, e falarem sem susto”.(CALMON, 1937, p. 83-84.).

CONCLUSÃO

Assim podemos observar um pouco da vida cotidiana e costumes da população baiana no final do século XVI: suas moradias; sua alimentação; suas sociabilidades, a dispersão da população, as características da cidade de Salvador e da capitania da Bahia. Observamos também o comportamento dos cristãos-novos, que se adaptaram a esta nova realidade colonial



integrando-se a esta sociedade que então se formava. Anita Novinsky afirma sobre esta integração dos cristãos-novos na sociedade baiana: “miscigenou-se com a população nativa, criou raízes profundas na nova terra, integrando-se plenamente na organização social e política local. Esta organização, ao mesmo tempo permitiu a integração e acomodação do cristão-novo, sofreu reciprocamente, deste, profunda influência.” (NOVINSKY, 1972, p. 58.).

As dificuldades cotidianas e os percalços da colonização fizeram com que os diversos grupos étnicos daquele território atenuassem ou mesmo deixassem de lado, em alguns momentos, os preconceitos e perseguições ocorridas na Metrópole de forma a não comprometer a empreitada colonial e os interesses lusos nas terras brasileiras. Assim os cristão-novos, chegaram, se relacionaram e colaboraram no desenvolvimento e estruturação do Brasil no século XVI.

REFERÊNCIAS

ALGRANTI, Leila. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello e. (org). **Historia da Vida Privada No Brasil: Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa**. São Paulo, Companhia das Letras, 1997. Vol.I.

ANDRADE, Maria José de Souza. A Estrutura e os Fundamentos da Colonização Portuguesa no Brasil do Século XVI. In: **As Terras do Brasil e o Mundo dos Descobrimentos**. Salvador, Boanova, 2000.

ARAÚJO, Emanuel. **Teatro dos Vícios: Transgressão e Transigência na Sociedade Urbana Colonial**. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1997.

ASSIS, Ângelo Adriano Faria de. **Macabéias da Colônia: Criptojudaísmo Feminino na Bahia - séculos XVI e XVII**. Tese de Doutorado na Universidade Federal Fluminense, UFF, 2004.

CALMON, Pedro. **Historia Social do Brasil: Espírito da Sociedade Colonial**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1937. Tomo I.

CARNEIRO, Henrique. **A Igreja, a Medicina e o Amor: Prédicas Moralistas da Época Moderna em Portugal e no Brasil**. São Paulo, Xamã Editora, 2000.

MENDONÇA, Heitor Furtado de. **Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil: Confissões da Bahia - 1591-1592**. Introdução: Capistrano de Abreu. Rio de Janeiro, F. Briguiet, 1935.

———. **Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil: Denúncias da Bahia – 1591- 1593**. Introdução: Capistrano de Abreu. São Paulo, Paulo Prado, 1925.

NÓBREGA, Manuel da. **Cartas do Brasil e mais escritos**. Coimbra, Universidade de Coimbra, 1955.



XII SEMOC SEMANA DE
MOBILIZAÇÃO
CIENTÍFICA
SEGURANÇA: A PAZ É FRUTO DA JUSTIÇA



NOVAIS, Fernando A. Condições da privacidade na colônia. In: SOUZA, Laura de Mello e. (org). **Historia da Vida Privada No Brasil: Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa.** São Paulo, Companhia das Letras, 1997. Vol. I.

NOVINSKY, Anita. **Cristãos-Novos na Bahia: A Inquisição.** São Paulo, Editora Perspectiva, 1992.

PIERONI, Geraldo. **Banidos: a Inquisição e a Lista dos Cristãos-Novos condenados a viver no Brasil.** Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003.

PINHO, Wanderley. **Historia Social da Cidade do Salvador: Aspectos da Historia Social da Cidade. 1549-1650.** Salvador, Publicações da Prefeitura Municipal, 1968.

PRIORE, Mary Del. **Ao Sul do Corpo: Condição Feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia.** Rio de Janeiro, Jose Olympio Editora, 1995.

SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial.** São Paulo, Editora Perspectiva, 1979.

SILVA, Emãnuel Luiz Souza e. Entre o Temor e a Guerra: o Genocídio Gêntio do Governo Mem de Sá na Bahia Colonial. 1558-1572. In: **Anais da XI Semana de Mobilização Científica – SEMOC.** Salvador, UCSAL, 2008.

SOUZA, Laura de Mello e. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz.** São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

———. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: SOUZA, Laura de Mello e. (org). **Historia da Vida Privada No Brasil: Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa.** São Paulo, Companhia das Letras, 1997. Vol.I.

VAINFAS, Ronaldo; SOUZA, Juliana Beatriz de. **Brasil de Todos os Santos.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 2000.

VAINFAS, Ronaldo. **Casamento, Amor e Desejo no Ocidente Cristão.** São Paulo, Editora Atica, 1992.

———. **A Heresia dos Índios: Catolicismo e Rebeldia no Brasil Colonial.** São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

———. (org). **Santo Ofício da Inquisição de Lisboa: Confissões da Bahia.** São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

WIZNITZER, Arnold. **Os Judeus no Brasil Colonial.** São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1966.